

Valor Econômico – 22/10/2008

Setor sucroalcooleiro vai investir R\$ 45 bi até 2015 em cogeração

De São Paulo

Os empreendedores de projetos de cogeração de energia elétrica com o uso de bagaço de cana-de-açúcar deverão encerrar 2008 com ânimo renovado. Eles comemoram algumas conquistas registradas ao longo do ano que representam a superação, ainda que parcial em alguns casos, de antigos entraves à ampliação da produção de bioeletricidade, como é chamada a energia elétrica extraída do bagaço. Além disso, entraves que prejudicavam o desenvolvimento dos projetos, como as dificuldades para a conexão das plantas à malha de transmissão e o licenciamento ambiental, começaram a ser efetivamente equacionados.

Claudio Sales: canaviais têm potencial equivalente à capacidade de Itaipu

"Os acertos na área de cogeração com o uso do bagaço estão acontecendo com alguma rapidez", atesta o presidente do **Instituto Acende Brasil, Claudio Sales**. Ele lembra que os canaviais brasileiros oferecem um potencial para a produção de energia elétrica equivalente à capacidade da usina hidrelétrica de Itaipu, que é de 14 mil MW. Segundo especialistas e empreendedores, a cogeração com o bagaço de cana oferece vantagens, como a produção de energia limpa, sem a emissão de poluentes na atmosfera, e o fato de proporcionar maior confiabilidade e segurança no suprimento, porque está próxima dos grandes centros consumidores.

De acordo com levantamentos da Associação Paulista de Cogeração de Energia (Cogen-SP), o setor sucroalcooleiro deverá investir R\$ 45 bilhões até 2015 em projetos de cogeração de energia elétrica. São cerca de 210 empreendimentos, distribuídos pelos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás, que terão uma capacidade de geração conjunta de 15 mil MW. Desse total, 5 mil MW serão utilizados para consumo próprio, com o restante sendo destinado ao sistema elétrico.

"A cogeração de energia com o uso do bagaço tinha três problemas que afetavam o seu desenvolvimento: dificuldades de conexão ao sistema elétrico; licenciamento ambiental e precificação e reconhecimento do valor da energia gerada", enumera o vice-presidente executivo da Associação Paulista de Cogeração de Energia (Cogen-SP), Carlos Roberto Silvestrin. Segundo ele, já ocorreram avanços na solução dos dois primeiros entraves. Agora, o setor discute como precificar o valor da bioeletricidade de forma vantajosa.

Um dos principais obstáculos que começam a ser resolvidos é o da conexão das plantas ao sistema elétrico, que até então impedia que muitos empreendedores pudessem comercializar seus excedentes. O custo de viabilização da conexão de projetos de geração à malha de transmissão, que cabe ao empreendedor, é alto e, ao ser repassado para as tarifas, minava a competitividade das plantas.

Segundo a Cogen, neste ano, o Ministério de Minas e Energia e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) viabilizaram uma estrutura regulatória que permitiu o compartilhamento dos custos de conexão entre vários empreendedores. Foram criadas as ICGs, sigla pela qual se tornaram conhecidas as instalações compartilhadas de conexão elétrica. "Para reduzir os custos desses empreendimentos, os ICGs serão licitados em leilões", acrescenta Silvestrin. A expectativa da Cogen-SP é a de que o primeiro leilão de ICGs será realizado até o fim deste ano. Até meados de 2010, estarão operando os ICGs em áreas do Mato Grosso do Sul e de Goiás, prevê a Cogen-SP.

Um grupo de 51 empreendedores, que negociaram excedentes de energia no leilão de energia de reserva e no leilão A-5, realizados neste ano, tem interesse em desenvolver projetos de conexão compartilhados, de acordo com a Cogen. Esses empreendedores teriam em suas carteiras projetos de cogeração com uma capacidade conjunta de 3,5 mil MW, dos quais 2,4 mil MW serão interconectados ao sistema elétrico interligado até 2012.

O próximo passo será a discussão da precificação da bioeletricidade. Os empreendedores consideram que os preços iniciais determinados nos leilões de energia cogerada foram baixos. No leilão A-3, no qual acabaram não sendo fechados contratos de fornecimento de energia cogerada, o preço inicial foi de R\$ 157,00 por MWh; no leilão A-5, foi de R\$ 150,00 o MWh. (E.M.)